

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Os presidentes do Poder Executivo, Luiz Inácio
Lula da Silva, do Poder Legislativo, senador José Sarney e
deputado João Paulo Cunha, e do Poder Judiciário, Nelson
4 Jobim, em sessão solene no Palácio do Planalto, assinaram
o Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e
Republicano, uma iniciativa inédita na história do Brasil. Os
7 onze compromissos previstos no documento foram
elaborados em conjunto pelos três poderes e contemplam
temas que englobam conclusão e implementação da reforma
10 constitucional do Judiciário, reforma processual, precatórios,
execução fiscal, defensoria pública, Justiça Itinerante e
direitos humanos, entre outros.

Internet: <<http://www.mj.gov.br>> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 As vírgulas que isolam os nomes próprios e seus designativos individuais de cargos eletivos do parlamento (senador e deputado) justificam-se porque constituem aposto.
- 2 A correção gramatical e a informação do período são preservadas ao se deslocar a expressão “em sessão solene no Palácio do Planalto” (ℓ.4) para o início do parágrafo, com as devidas alterações de minúsculas e maiúsculas e de pontuação.
- 3 A inserção de **que** é imediatamente antes de “uma iniciativa inédita” (ℓ.6) altera a informação original do período, provocando prejuízo para a sua coesão.
- 4 A palavra “documento” (ℓ.7) é elemento de coesão, pois retoma a informação anteriormente dada: “Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano” (ℓ.5-6).
- 5 Os termos “três poderes” (ℓ.8) e “temas” (ℓ.9) têm função sintática idêntica no período em que estão inseridos.
- 6 As vírgulas que ocorrem nas linhas 10 e 11 têm justificativas gramaticais diferentes, pois os elementos que são por elas isolados têm funções sintáticas diversas.

1 O presidente ressaltou a importância do Pacto de
Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e
Republicano para a construção de um Judiciário mais
4 democrático, transparente e moderno. “Este é um momento
histórico. Agir em conjunto e de forma harmônica é a melhor
contribuição que cada um dos poderes pode prestar à nação
7 neste momento singular da história republicana. A sociedade
exige uma Justiça mais rápida, eficiente e acessível”, disse.

Idem, ibidem (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 7 A palavra “ressaltou” (ℓ.1) indica uma fala e, sem alterar a informação original, mas com detalhes diferentes de sentido, poderia ser substituída por qualquer uma das seguintes: enfatizou, destacou, distinguiu, salientou, evidenciou.
- 8 No termo “em Favor” (ℓ.2), a preposição “em” indica idéia de localização, o que impede sua substituição por **a**.
- 9 Se a estrutura “a construção de” (ℓ.3) for substituída por **se construir**, serão mantidas a correção gramatical do período e sua informação original.
- 10 A forma preposicionada ‘em conjunto’ (ℓ.5) pode, sem prejuízo para a correção do período, ser substituída por **conjuntamente**.
- 11 Na linha 6, o sinal indicativo de crase em ‘à nação’ justifica-se pela regência de ‘contribuição’.
- 12 Na linha 7, o adjetivo ‘singular’ confere ao substantivo ‘momento’ a característica de **obscuro, indefinido, mal explicitado**.
- 13 Pelos sentidos do texto, estaria correto no lugar de “disse” (ℓ.8) qualquer uma das seguintes opções: disse ele, disse o presidente, foram as palavras do presidente, foi a declaração do presidente.

1 No intuito de garantir o acesso à justiça para a
população de baixa renda, o Pacto de Estado em Favor de
um Judiciário mais Rápido e Republicano prevê a criação de
4 uma comissão para apresentar, em 90 dias, uma estratégia de
ampliação dos serviços dessas instituições, contemplando
metas para a ampliação da Defensoria Pública da União.
7 Também serão realizados contatos com os governos
estaduais, para a celebração de parcerias necessárias para
melhorar a abrangência, o funcionamento e a eficiência das
10 defensorias públicas.

Idem, ibidem (com adaptações).

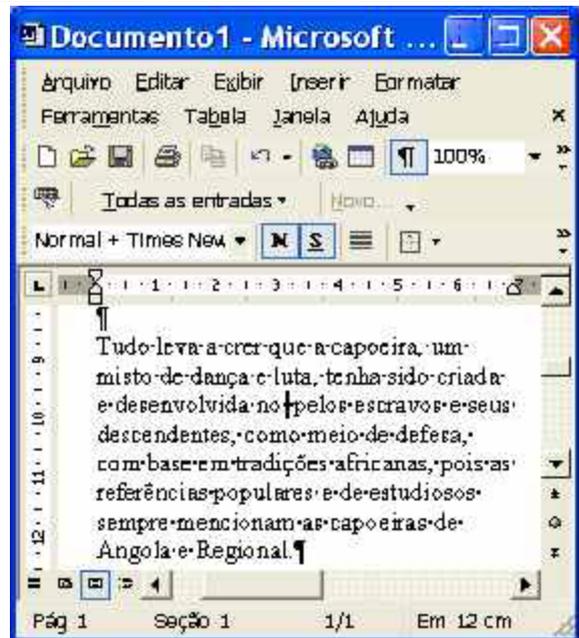
Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 14 A palavra “intuito” (l.1) apresenta na língua portuguesa duas pronúncias, e, por isso, também se admite, de acordo com a norma culta, a grafia **intuíto**, com acentuação gráfica.
- 15 Na linha 1, o sinal indicativo de crase em “à justiça” justifica-se pela regência de “garantir”.
- 16 Na linha 3, como o núcleo do sujeito da forma verbal “prevê” é “Judiciário”, estaria de acordo com a informação original e gramaticalmente correta a omissão dos trechos “Pacto de Estado em Favor de um / mais Rápido e Republicano”.
- 17 A forma verbal **realizar-se-á** poderia substituir, sem prejuízo para a correção gramatical do período, a expressão “serão realizados” (l.7).
- 18 Embora seja parte de uma notícia, o trecho tem características de clareza, de objetividade e de impessoalidade que asseguram estar adequado a fazer parte de um ofício.

1 No âmbito dos direitos humanos, será criado um
banco de dados único, sob a guarda do Judiciário, com
registro de todos os crimes ligados ao tema. No plano da
4 estrutura, se prevê um sistema de acompanhamento dos
inquéritos e das ações judiciais, como forma de acelerar a
resolução dos casos.

Idem, ibidem (com adaptações).

- 19 As palavras “âmbito”, “único” e “inquéritos” são acentuadas com base na mesma regra.
- 20 A substituição de “da estrutura” (l.3-4) por **dessa estrutura** mantém a correção gramatical e a informação original do período.

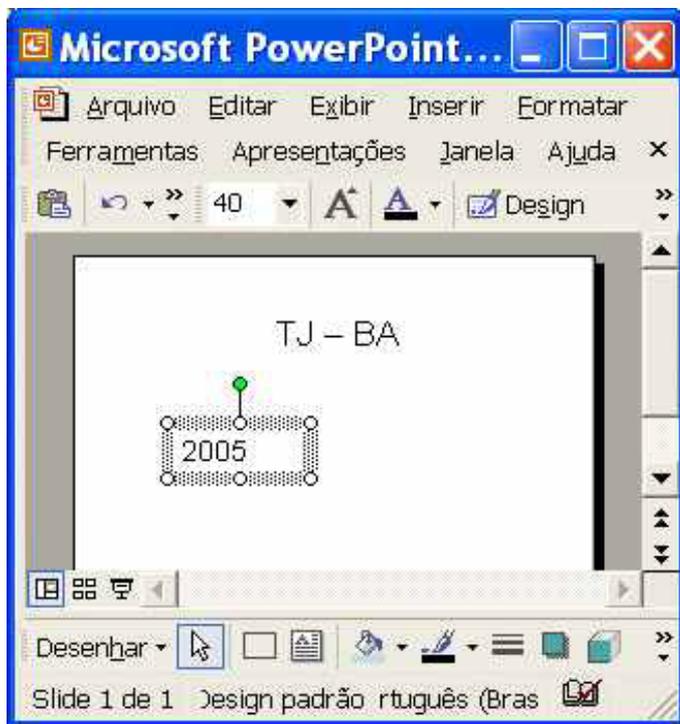


Julgue os itens subsequentes, considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em processo de edição, com informações obtidas no sítio <http://www.bahia.com.br>.

- 21 Na situação ilustrada na figura, caso se deseje inserir, na posição em que se encontra o ponto de inserção no documento em edição, um trecho de texto com a fonte em itálico, negrito e sublinhado, é possível fazê-lo por meio do seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **I**; liberar a tecla **Ctrl**; digitar o texto desejado.
- 22 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar imediatamente antes de “como”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; teclar **End**; liberar a tecla **Shift**; clicar a opção Recortar no menu **Editar**. Após esse procedimento, o trecho “como meio de defesa,” será retirado de sua posição, e não será introduzido erro gramatical no parágrafo mostrado.
- 23 Por meio do botão **Todas as entradas**, é possível contar o número de vezes que determinada palavra é usada no texto em edição.
- 24 Ao se aplicar um clique duplo sobre “Angola”, o botão  será ativado, ficando na forma .

Acerca do Excel 2002, julgue os seguintes itens, considerando que as células A1 e A2 de uma planilha em edição contenham, respectivamente, os números 4 e 10, e que todas as outras células dessa planilha estejam em branco.

- 25 Considere que o seguinte procedimento seja realizado: clicar a célula A3; digitar $=A1/A2*10$; teclar . Após esse procedimento, o conteúdo da célula A3 será inferior a 1.
- 26 Caso os conteúdos mencionados corresponderem a valores monetários, em reais, e se desejasse determinar a conversão desses valores para outra moeda, seria possível fazê-lo por meio da opção Converter moeda, encontrada no menu Ferramentas da janela do Excel.



Considerando a janela acima, julgue os itens a seguir, relativos ao PowerPoint 2002 (PPT).

- 27 A alça  na parte superior da caixa de texto selecionada na janela do PPT pode ser utilizada para girar a referida caixa de texto.
- 28 O botão permite adicionar ou alterar efeitos de animação do slide atual. Entre esses efeitos, inclui-se a aplicação ou modificação do esquema de cores existente ou a alteração para um esquema de cores diferente.



Figura I



Figura II

Com relação ao Windows XP Professional e às funcionalidades acessíveis a partir da janela ilustrada na figura I, julgue os itens subseqüentes, considerando que as janelas mostradas nas figuras I e II estejam em execução em um computador do tipo PC cujo sistema operacional é o Windows XP Professional.

- 29 Ao se clicar com o botão direito do mouse no ícone , na janela ilustrada na figura I, será disponibilizada uma lista de opções, entre as quais Propriedades, que, caso seja clicada, permitirá a obtenção da lista de softwares instalados no computador.
- 30 Na janela da figura I, ao se clicar o ícone , será executado o aplicativo Outlook Express do Windows XP, que permite o envio e o recebimento de mensagens de correio eletrônico.

31 A execução da janela ilustrada na figura II pode ter sido comandada ao se realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla ; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar as teclas  e ; na janela Segurança do Windows, que aparece em decorrência dessas ações, clicar o botão Gerenciador de tarefas.

Com relação a conceitos e tecnologias de Internet, julgue os seguintes itens.

- 32 O Internet Explorer 6 (IE6) consiste em aplicativo de navegação na Internet que dispõe de sistema *firewall* nativo, que pode ser ativado por meio de botão específico encontrado na janela do próprio IE6. Ao integrar *firewall* e *browser*, o IE6 tem por objetivo impedir que invasões a um computador possam ser realizadas durante uma sessão de uso do aplicativo.
- 33 A tecnologia denominada Wimax vem substituindo, no ambiente da operadoras de telefonia móvel celular, as tecnologias GSM e CDMA, para permitir que aparelhos celulares analógicos acessem a Internet.
- 34 Atualmente, a Internet utiliza, entre outras tecnologias, a técnica denominada melhor esforço (*best effort*) para definir, nos roteadores pertencentes à rede, o caminho que os pacotes devem percorrer para alcançar o destino da informação.
- 35 O equipamento denominado *hub*, quando devidamente configurado e utilizado, permite que uma única conexão ADSL com a Internet seja compartilhada entre computadores pertencentes a uma rede local.

Não é apenas com *tsunamis* que o mar está fazendo o mundo perder o sono. A cada semana surge um novo relatório dramático sobre a situação dos oceanos, fonte de boa parte da alimentação no mundo. Recentemente, uma coalizão de países tentou, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), uma moratória para a pesca de arrasto em águas internacionais, que tem provocado efeitos devastadores sobre a biodiversidade marinha. A proposta não foi adiante, por causa da oposição dos países donos das maiores frotas pesqueiras. A pesca além da capacidade de reposição dos oceanos já levou ao esgotamento de 50% dos estoques, enquanto outros 25% estão no limite; 70% das espécies de mamíferos estão ameaçadas de extinção. No Brasil, o panorama não é menos preocupante, com a agravante de que se desenvolve um programa de estímulo à pesca, que os cientistas da área consideram muito preocupante.

Washington Novaes. *Os limites do nosso mar*. In: *O Estado de S. Paulo*, 5/1/2005, p. A2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a importância da questão ambiental nos dias de hoje, julgue os itens seguintes.

- 36 O texto reafirma uma característica que sempre acompanhou a ONU em sua trajetória, qual seja, a de atuar de maneira exclusiva no campo da paz e da segurança mundiais.
- 37 Livres da poluição que assola as terras do planeta, os oceanos deparam-se agora com um novo tipo de problema, que o texto destaca: o risco de extinção de peixes.
- 38 Ao usar o termo “moratória”, o texto informa que houve uma tentativa de suspensão da pesca de arrasto em águas internacionais.

- 39 Infere-se do texto que a pesca realizada em escala industrial, sem mecanismos de controle, promove graves alterações nas diversas formas de vida existentes nos mares.
- 40 O texto leva à conclusão de que poderosos interesses econômicos têm impedido a adoção de medidas para reduzir o impacto ecológico causado pela pesca em larga escala.
- 41 No Brasil, a inexistência de uma política voltada para a pesca é severamente criticada por cientistas e empresários que atuam nesse setor.
- 42 Pelos números apresentados no texto, conclui-se que os oceanos são incapazes de repor seus estoques de peixes.
- 43 A primeira frase do texto reporta-se ao fenômeno natural que, próximo ao Natal de 2004, espalhou o pânico e causou milhares de mortes em áreas do litoral asiático.

Quanto vai custar a limpeza do mundo? Esta é uma questão que angustia quem se preocupa com o crescimento meteórico do gás carbônico emitido pelos energéticos poluentes. Os dados da Agência Internacional de Energia mostram que o uso dos combustíveis fósseis vem aumentando 1,5% ao ano. Em tempos de grande atividade econômica, como foi 2004, o incremento é bem superior. Nos dias de hoje, o consumo desses combustíveis é cinco vezes maior do que foi em 1950. Além do petróleo, que polui bastante, muitos países utilizam intensamente o carvão, que polui mais ainda. Os Estados Unidos da América (EUA) consomem 25% do carvão mundial. A China, outros 23%. Técnicos norte-americanos sugerem medidas severas para combater a emissão de gás carbônico, com restrições obrigatórias e pagas. São problemas de quem depende de combustíveis fósseis. Bem diferente é o Brasil, que pode contar com uma fartura de energéticos não-poluentes.

Antônio Ermírio de Moraes. *A energia no mundo*. In: *Jornal do Brasil*, 16/1/2005, p. A11 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando os múltiplos aspectos do tema por ele focalizado, julgue os itens subseqüentes.

- 44 O denominado aquecimento global, que é uma alteração do clima do planeta, é uma das mais preocupantes conseqüências da emissão descontrolada de gases poluentes na atmosfera.
- 45 No texto, lamenta-se o fato, incompreensível, de que praticamente não há ninguém estudando e combatendo os efeitos ambientais negativos do uso em larga escala dos combustíveis fósseis.
- 46 Deduz-se do texto que, nas atuais condições da economia mundial, quanto maior o crescimento, maior a utilização dos combustíveis fósseis, altamente poluidores.
- 47 O texto informa que, juntos, EUA e China queimam quase a metade do carvão do planeta, o que é claramente prejudicial ao ar que a humanidade respira.
- 48 Em apoio ao texto, que salienta a fartura de energéticos não-poluentes de que dispõe o Brasil, pode-se mencionar o enorme potencial hídrico do país para a obtenção de eletricidade.
- 49 Embora defendida por muitos especialistas, a utilização da cana-de-açúcar para o fabrico de combustível não se concretizou por causa do desinteresse governamental.
- 50 Os atuais preços do petróleo no mercado internacional, os mais baixos da história, encorajam os países a não investir em fontes energéticas alternativas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca dos termos que o serventuário da justiça redige no curso do procedimento.

- 51 Considere que seja recebida uma petição em cartório, com o seguinte despacho judicial: “J. Após, conclusos”. Nessa situação, a abreviatura “J.” corresponde ao termo juntada. Assim, após o escrivão certificar o ingresso da petição nos autos, o processo deverá retornar ao juiz.
- 52 Vista é o ato de franquear os autos à parte, no balcão do cartório, para que tome conhecimento da data designada para realização de audiência ou para conhecimento da sentença.
- 53 Conclusão é o ato que certifica o encaminhamento dos autos ao juiz da causa para que nele exare uma decisão.
- 54 Denomina-se recebimento o ato consistente em termo por meio do qual se documenta o momento em que os autos voltaram a cartório após uma vista ou conclusão.
- 55 Autuação é a oposição de capa na petição inicial, da qual deverão constar o juízo por onde se processa a demanda, o nome das partes, a natureza da causa, a data de seu início e o número do registro da petição inicial no livro próprio.
- 56 Os termos são atos dos auxiliares de justiça realizados no juízo por onde tramita a ação, destinados a imprimir andamento ao processo. E o auto consiste no ato do auxiliar da justiça realizado fora da sede do juízo.

A respeito da correspondência oficial, julgue os itens seguintes.

- 57 A correspondência oficial deve ser elaborada com concisão, clareza e objetividade, sendo vedada a impressão pessoal de quem a elabora.
- 58 Na correspondência oficial, é permitido o uso da língua falada por ser de fácil compreensão por seu destinatário, cumprindo, assim, a sua finalidade de informar com maior clareza.
- 59 Os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento devem concordar com estes. Assim, está correto: Vossa Excelência nomeará vosso substituto.
- 60 Em comunicação dirigida ao juiz, emprega-se: Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível desta Capital.
- 61 O ofício é modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.

Com relação aos deveres e às proibições impostas ao servidor público, julgue os itens subseqüentes.

- 62 Considere a seguinte situação hipotética.
O expediente forense tem início às 12 h. Um escrevente exerce cumulativamente um cargo de professor, com carga horária de 7 às 12 horas diariamente, em uma escola localizada em bairro diverso da sede da serventia onde este é lotado.
Nessa situação, a cumulação de cargos é possível, pois existe compatibilidade de horários.
- 63 O serventuário da justiça deverá ter conduta ilibada e exercer com assiduidade e eficiência as funções do seu cargo, devendo subordinar-se aos ditames legais e às ordens dos seus superiores hierárquicos.

- 64 Não poderá o serventuário da justiça ser considerado assíduo quando, apesar de comparecer diariamente ao local de trabalho, nas horas de funcionamento do expediente forense, não desempenhar satisfatoriamente as funções sob sua responsabilidade.
- 65 O dever de urbanidade significa que o serventuário deve dedicar-se ao trabalho e cumprir imediatamente todas as ordens recebidas.
- 66 O serventuário da justiça é subordinado às normas dos códigos de organização e divisão judiciárias do estado, às normas da corregedoria da justiça do respectivo estado e ao estatuto dos funcionários públicos civis do estado, no que for aplicável.
- 67 Com a devida autorização do juiz da vara onde o escrevente é lotado, este poderá, temporariamente, delegar a terceiro o exercício de alguma de suas funções, desde que comprove que não dispõe de condições de executar a referida tarefa ou quando a necessidade do serviço justificar a delegação.

Quanto aos deveres e obrigações dos escreventes, julgue os itens a seguir.

- 68 O escrevente deverá fazer carga dos autos, em livro próprio, todas as vezes que estes forem retirados do cartório, seja pela parte, conclusos ao juiz ou quando forem encaminhados a qualquer um dos órgãos auxiliares.
- 69 Compete aos escreventes de cartório judicial o desempenho de tarefas não especificadas, de acordo com as necessidades do serviço e observadas as instruções expedidas pelo corregedor-geral da justiça. Assim, entre outras, são atribuições do escrevente atender as partes, localizar autos, efetuar carga aos advogados.
- 70 Poderá o escrevente proceder atos de comunicação processual, como citação e intimação, devendo, para tanto, proceder a leitura do despacho judicial seguida da entrega da contrafé.
- 71 Com autorização do juiz, o escrevente poderá executar ordens judiciais a serem cumpridas fora do local onde está situada a sede do juízo, desde que seja na mesma comarca.
- 72 Se o advogado restituir os autos depois de ultrapassado o prazo legal da vista fora do cartório, deverá o escrevente recebê-lo; no entanto, deverá anular, por meio de riscos, o que tiver sido escrito nos autos ou recusar-se a protocolar a petição e os documentos produzidos.

No que se refere aos deveres e às obrigações dos serventuários da justiça, julgue os itens que se seguem.

- 73 É permitido aos servidores dos ofícios judiciais prestar informações ou mesmo fazer certificações de processos que tramitam em segredo de justiça às partes e a seus advogados.
- 74 O subscrivão, substituto legal do titular do cartório, pode praticar todos os atos atribuídos ao titular, inclusive subscrevê-los.
- 75 É atribuição exclusiva do oficial de justiça efetuar as citações, intimações ou outras diligências judiciais.
- 76 No caso de ocorrer o desaparecimento dos autos, incumbe ao escrivão o dever de imediatamente comunicar ao juiz o desaparecimento dos autos que estavam sob sua responsabilidade e providenciar o que for necessário para eventual restauração desses autos.

77 Caso a petição inicial seja indeferida liminarmente, deverá o serventuário devolvê-la ao peticionário e, em seguida, providenciar o cancelamento de seu registro no livro de protocolo.

78 Nos impedimentos do titular do cartório, seja por motivo de ausência ou suspeição, caberá a este a escolha de seu substituto, mesmo quando exista na serventia mais de um subscritivo.

Acerca dos atos praticados no cartório judicial, julgue os itens seguintes.

79 Os autos devem permanecer no cartório, só podendo dele sair nas hipóteses previstas na legislação própria. Entretanto, é permitida a consulta dos autos em cartório, desde que não corram em segredo de justiça, pelo advogado, mesmo que não tenha procuração.

80 Sempre que o ato for daqueles que se praticam por meio de petição, como os recursos, a manifestação da parte terá de ser protocolada, dentro do horário de expediente estabelecido pela lei de organização judiciária local. Não se admite o recebimento de petição pelo serventuário fora do horário de expediente forense, ainda que o cartório não tenha encerrado as suas atividades.

81 Não se permite no texto dos termos processuais o uso de abreviatura, porque disso poderia decorrer imprecisão ou dificuldade de compreensão das respectivas declarações. No entanto, tal regra não é de rigor absoluto, pois há certas abreviaturas que são usuais na praxe, não só do foro como dos negócios jurídicos em geral.

82 Toda documentação proveniente de cartório judicial está coberta pela presunção de veracidade, que decorre da fé pública que a lei reconhece ao seu ofício. Trata-se, contudo, de presunção relativa, porque pode ser desfeita por prova em contrário.

83 Quando o participante não puder assinar ou se recusar a fazê-lo, o ato não perderá sua eficácia processual. Caberá ao escrivão assiná-lo, certificando a ocorrência, com o esclarecimento do motivo pelo qual a assinatura não foi colhida.

84 O impulso do processo é oficial e se dá sob comando do juiz. Assim, mesmo para atos que não dependam de juízo de valor, a marcha comum do processo precisa aguardar ordem do juiz.

85 Atos de documentação são os que se destinam a representar em escritos as declarações de vontade das partes, dos membros do órgão jurisdicional e de terceiros que acaso participem de algum evento no curso do processo.

Acerca da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os próximos itens.

86 Considere a seguinte situação hipotética.

Durante o período de chuvas, a sede de determinada comarca da Bahia foi inundada, o que dificultou a comunicação e o transporte entre esta e seus respectivos distritos judiciários. Nessa situação, cabe ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), por intermédio de resolução, determinar a mudança temporária de sua sede, enquanto perdurar o estado de calamidade pública.

87 A classificação das comarcas, na Bahia, em primeira, segunda ou terceira entrâncias, sendo a comarca de Salvador considerada entrância especial, obedece a critérios previstos na LOJEB. Cada entrância equivale a um grau de jurisdição, ou a uma instância. No estado da Bahia existem, portanto, quatro graus de jurisdição, ou quatro instâncias.

88 Considere a seguinte situação hipotética.

Ao inspecionar certa localidade destinada a sediar uma comarca, o corregedor-geral da justiça do estado da Bahia constatou que essa localidade não possuía edifício com capacidade e condições para funcionamento do fórum.

Nessa situação, por ser essa exigência requisito essencial à instalação da comarca, o corregedor-geral da justiça deve apresentar ao TJBA relatório circunstanciado, opinando pela impossibilidade da referida instalação.

89 O TJBA possui como órgãos colegiados de julgamento o Tribunal Pleno, o Conselho da Magistratura, as câmaras cíveis reunidas e as câmaras criminais reunidas, sendo as câmaras cíveis e criminais isoladas consideradas órgãos singulares de julgamento.

90 O Tribunal Pleno é o órgão superior do TJBA, sendo composto apenas pelo presidente e vice-presidente do TJBA, pelo corregedor-geral da justiça e por dois desembargadores eleitos, respectivamente, pelas câmaras cíveis e criminais reunidas.

91 A correição e a inspeção de serviços judiciários são atribuições conferidas ao corregedor-geral da justiça, que pode exercê-las pessoalmente ou delegá-las a juizes de direito.

92 O TJBA é constituído por seis câmaras isoladas, sendo quatro cíveis e duas criminais, com quatro desembargadores cada uma.

93 Os ofícios e serventias da justiça das comarcas criadas devem ser preenchidos por serventuários aprovados em concurso público, aberto pela Corregedoria-Geral da Justiça e presidido sempre por um dos juizes da comarca de Salvador.

94 Os distritos judiciários têm a denominação e os limites da respectiva divisão administrativa e podem ser de duas categorias: das sedes municipais, inclusive a sede da comarca, e dos distritos administrativos, fixados para cada município na lei de sua criação ou na lei da divisão territorial do estado da Bahia.

95 Quanto aos requisitos mínimos, as comarcas de segunda e terceira entrâncias diferenciam-se somente em relação à extensão territorial, à população mínima e à movimentação forense, sendo os demais requisitos idênticos para a criação de ambas as espécies.

96 As câmaras cíveis e criminais isoladas são órgãos de julgamento do TJBA e são presididas por um de seus membros, durante um ano, por ordem de antiguidade e sem prejuízo da função judicante.

97 A fiscalização das atividades dos juizes de primeira instância é competência do corregedor-geral da justiça, que exerce tal atribuição em colaboração com o presidente do TJBA.

98 A direção e a fiscalização do serviço de distribuição na comarca de Salvador são competências do corregedor-geral da justiça, que pode expedir as ordens necessárias ou convenientes para seu bom e regular funcionamento, mediante provimento, simples despachos ou instruções.

99 Na comarca de Salvador, a organização e a presidência dos concursos para o cargo de serventuário da justiça são competências do Conselho da Magistratura, que pode delegá-las ao corregedor-geral da justiça, nos termos da LOJEB.

100 Tanto nas câmaras cíveis quanto nas criminais, somente podem participar dos julgamentos três dos quatro membros, ressalvados os casos de embargos infringentes e de divergências.

101 Uma comarca do estado da Bahia, que compreende os municípios A e B e cuja sede está localizada no município B, pode ser denominada tanto de comarca A como de comarca B.

102 São competentes para aplicar as penas de advertência, censura e suspensão, conforme o caso, o Conselho da Magistratura, o corregedor-geral da justiça e o juiz de direito, mas a pena de demissão somente pode ser aplicada pelo governador do estado.

103 Considere que determinado serventuário da justiça tenha sido reiteradamente negligente no exercício de suas atribuições e, inquirido acerca desse comportamento, admitido o fato. Nesse caso, o serventuário pode sofrer pena de censura de plano, mediante ato fundamentado da autoridade competente, sendo dispensável qualquer procedimento prévio, ainda que sumário.

104 A prática de atos de indisciplina enseja a obrigatória instalação de processo administrativo-disciplinar para apuração das faltas cometidas, processo esse que deve ser conduzido pelo corregedor-geral da justiça ou pelo juiz de direito respectivo.

105 Instaurado o processo administrativo, o serventuário da justiça deve ser notificado mediante carta com aviso de recebimento e, caso não seja encontrado, por intermédio de oficial de justiça, com hora certa.

106 Em sede de processo administrativo-disciplinar, não se admite quaisquer privilégios quanto ao modo de prestação de depoimento, por parte das testemunhas arroladas, em obediência ao princípio da isonomia.

107 A autoridade administrativa dirigente de processo administrativo-disciplinar não tem competência para nomear perícia necessária à apuração de crime de emprego irregular de verbas públicas.

108 Considere a seguinte situação hipotética.

A prefeitura de determinada comarca da Bahia instaurou processo administrativo-disciplinar contra a administradora do fórum dessa comarca para apurar crime de emprego irregular de verbas públicas. Regularmente notificada, a acusada nomeou advogado que, em defesa prévia, requereu a produção de prova documental, testemunhal e pericial.

Nessa situação, as diligências requeridas pelo procurador da acusada são realizáveis a critério da prefeitura, quando julgadas necessárias à elucidação dos fatos.

109 Após regular instrução, no curso de processo administrativo-disciplinar, o servidor submetido a esse processo dispõe do prazo de 15 dias para apresentar alegações finais.

110 Se, em processo administrativo-disciplinar, determinado servidor público, regularmente notificado, não apresentar defesa, nem nomear procurador para esse fim, a própria autoridade processante deve designar advogado para promover a defesa do acusado.

111 Considere que determinada autoridade administrativa, dirigente de processo administrativo-disciplinar, não disponha de competência para proferir julgamento. Nesse caso, essa autoridade deve encaminhar os autos à autoridade julgadora, com relatório e sugestão de aplicação de pena.

112 A Corregedoria-Geral da Justiça é o único órgão competente para anotação, na ficha funcional do servidor, de penalidade imposta em decorrência de processo administrativo-disciplinar.

113 O Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia tem aplicação subsidiária aos processos administrativos-disciplinares a que são submetidos os serventuários da justiça desse estado.

114 Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro, oficial de justiça de uma comarca do estado da Bahia, no exercício de sua função pública, exigiu e recebeu vantagem indevida e extraviou documentos oficiais. Em razão desses atos ilícitos, foi instaurado competente processo administrativo-disciplinar e Pedro, aproveitando-se de sua função pública, providenciou a destruição de provas que pudessem atestar sua culpa.

Nessa situação, a autoridade administrativa dirigente do processo administrativo pode determinar licitamente o afastamento de Pedro, por prazo não-superior a 30 dias, não-prorrogáveis, a fim de garantir a regular apuração dos fatos.

115 Considere a seguinte situação hipotética.

João, serventuário da justiça, foi preventivamente suspenso de suas funções, tendo em vista resguardar a apuração de fatos em processo administrativo-disciplinar que resultou na aplicação da pena de censura.

Nessa situação, não deve ser contado, em nenhuma hipótese, o tempo de serviço de João, relativo ao período da suspensão.

116 O servidor que deixar de cumprir com suas atribuições funcionais poderá ser punido com suspensão de até 30 dias.

117 Considere a seguinte situação hipotética.

Jorge, serventuário da justiça, a despeito de ter sido preventivamente suspenso de suas funções em decorrência de processo administrativo-disciplinar, teve seu tempo de serviço regularmente contado.

Nessa situação, Jorge faz jus a todas as vantagens do cargo ocupado, durante o período da suspensão.

118 Considere a seguinte situação hipotética.

Um serventuário da justiça foi submetido a processo administrativo-disciplinar, do qual resultou a aplicação de pena de suspensão de 90 dias.

Nessa situação, se o serventuário interpuser recurso contra a decisão, restará suspensa a aplicação da penalidade, a qual somente poderá ser executada após julgamento superior.

119 O serventuário da justiça submetido a processo administrativo-disciplinar que tomar conhecimento da decisão pela aplicação de penalidade contra si no dia 21/2/2005 terá até o dia 28/2/2005 para interpor recurso contra essa deliberação.

120 Recurso contra decisão proferida em sede de processo administrativo-disciplinar pode ser escrito ou verbal, desde que dirigido à autoridade julgadora, à qual é facultado manter ou reformar a decisão objeto do recurso.